

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. A Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia-PA, pessoa jurídica de direito público, devidamente escrito no CNPJ-MF 05.832.977/0001-99, com sede na Av. Gilberto Carvelli, s/nº, Centro, representado neste ato por **Adenilton da Silva**, Secretário Municipal de Educação, Portaria nº 006/2021, resolve formalizar a seguinte solicitação para fins licitatórios, com o objeto mais abaixo discriminado, amparado Legalmente pela Lei Federal nº 10.520, Lei do Pregão, de 17 de julho de 2012 e Lei Federal 8.666, Lei Geral das Licitações de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores.

1.1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de **Material Esportivo**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Considerando a prática de esportes na educação, eventos esportivos, campeonatos entre outros, a aquisição de **Material Esportivo** tem por objetivo, o incentivo a prática de esportes, proporcionando assim melhor qualidade de vida, promovendo saúde e potencializando a prevenção contra a COVID 19 e outras doenças.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. Os materiais e equipamentos, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os fornecimentos realizados em decorrência do contrato oriundo desta licitação deverão ocorrer de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação através de memorando onde constará os produtos bem como as descrições e suas respectivas quantidades.

4.2. As entregas inerentes ao objeto deverão ser efetuadas no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Trajano de Almeida, Centro.

4.3. O prazo de entrega dos objetos será de 15 (quinze dias) após a referida solicitação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Secretaria Municipal de Educação não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Secretaria Municipal de Educação à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Secretaria Municipal de Educação ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Secretaria Municipal de Educação anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta)dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível

suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = $0, \frac{\quad}{UF16438}$, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0, \frac{\quad}{UF16438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia-PA, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à

apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação, de acordo com ampla pesquisa realizada pelo Departamento de Compras é de R\$ 382.477,90 (trezentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e setenta e sete reais e noventa centavos), conforme pesquisa a seguir detalhada:

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UND	QUANT.	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
01	BANDEIRA DE JUIZ	ESTAMPADA, TAMANHO 40x40 EM TECIDO 100% POLISTER, COM FIO DE ALTA QUALIDADE E MALHA BLOQUEADA INDESMALHÁVEL, CABO DE 60 CM. CORES OFICIAIS.	UND	25	44,80	1.120,00
02	BOLA DE QUEIMADA N.º 8	INICIAÇÃO EMBORRACHADA N.º 8	UND	100	38,82	3.882,00
03	BOLA DE ESPIRIBOL	DIÂMETRO 58-62CM/30CM, ALTURA 40 A 42CM, PESO 420-450G COSTURADA	UND	20	55,00	1.100,00
04	BOLA SOCIETY	DIÂMETRO (67CM – 69CM), (61CM – 62CM)	UND	150	124,21	18.631,50
05	BOLA DE BASQUETEBOL	ADULTO N.º 7 (75CM – 78CM)	UND	100	130,00	13.000,00
06	BOLA DE BASQUETEBOL	INFANTIL (56CM – 59CM)	UND	150	39,99	5.998,50
07	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO	ADULTO TAMANHO 4 OU 5 (68CM-75CM)	UND	200	62,00	12.400,00
08	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO	JUVENIL TAMANHO 3 e 4 (63,5CM – 66CM)	UND	100	78,00	7.800,00
09	BOLA DE FUTSAL	350 – 380 (60CM – 64CM)	UND	150	139,00	20.850,00
10	BOLA DE FUTSAL	INFANTIL 50 -100 (55CM – 59CM)	UND	150	93,33	13.999,50
11	BOLA DE HANDEBOL	INFANTIL, H1L, 49 a 51 CM	UND	150	91,00	13.650,00
12	BOLA DE HANDEBOL	FEMININO H2L (54CM -56CM)	UND	150	100,99	15.148,50
13	BOLA DE HANDEBOL	MASCULINO H3L (58CM-60CM)	UND	150	162,00	24.300,00
14	BOLA DE VOLEIBOL	ADULTO (65CM-67CM)	UND	150	150,00	22.500,00

15	BOLA DE VOLEIBOL	MIRIM – INFANTIL MG 4.500	UND	30	78,00	2.340,00
16	BOLA DE VOLEIBOL	MIRIM – INFANTIL MG 2.600	UND	30	85,00	2.550,00
17	BOLA DE BORRACHA	INFANTIL INICIAÇÃO Nº 10	UND	100	35,00	3.500,00
18	BOLA DENTE DE LEITE	PINGO DENTE DE LEITE (PINGO DE GENTE) TAMANHO MINIMO 20CM, CORES VARIADAS.	UND	200	4,97	994,00
19	BOLA CAPOTÃO	COURO SINTÉTICO, MODELO SOCITY E CAMPO RUA, TAMANHO 5.	UND	50	31,52	1.576,00
20	ESCADA AGILIDADE	EQUIPAMENTO PARA TREINAMENTO ESPORTIVO, TRABALHA A VELOCIDADE, AGILIDADE, COORDENAÇÃO E PLIOMETRIA, FÁCIL DE TRANSPORTAR, MATERIAL NÃO ESCORREGA. DIMENSÕES 4,5M. VOLLO 8 A 10 DEGRAUS	UND	100	160,00	16.000,00
21	GARRAFA TÉRMICA 18 A 20L	COM ALÇAS, COM TORNEIRA TAMANHO 18 A 20L	UND	100	298,00	29.800,00
22	KETTLEBEL	TREINAMENTO FUNCIONAL, EMBORRACHADO, 4 KG.	UND	100	63,89	6.389,00
23	REDE DE BASQUETEBOL	TIPO CHUÁ 3 CORDAS - 4MM – 7X7CM ALTURA – 0,40- 0,45CM - FIO DE SEDA	PAR	20	55,99	1.119,80
24	REDE DE BASQUETEBOL	FIO 2MM- 7X 7CM ALTURA – 0,40 COM 0,45CM COMPRIMENTO – FIO DE SEDA OU NYLON	PAR	20	34,10	682,00
25	REDE DE VOLEIBOL	ALTURA 1,00M – 9,500M A 10M LARGURA- (LONA CRUA) 4 FAIXA	UND	100	135,00	13.500,00
26	REDE DE FUTSAL	8 E 10 MALHAS (3.20-210-40) DE RECUO	PAR	100	188,00	18.800,00
27	REDE FUTEBOL SOCIETY	2MM FIO NYLON (4,00M X 2,10M) 4MM FIO DE SEDA (5,20M X 2,30M)	PAR	50	184,00	9.200,00
28	CORDA DE PULAR	MATERIAL POLIPROPILENO, 8MM DE DIÂMETRO, CORES VARIADAS.	METRO	100	26,10	2.610,00
29	CONES DE AGILIDADE	MATERIAL PVC, 24CM USADO PARA ATIVIDADE FISICA	UND	200	10,73	2.146,00
30	ANTENA PARA VOLEIBOL	FIBRA DE VIDRO TAMANHO OFICIAL	UND	20	54,25	1.085,00
31	BOMBA PARA ENCHER BOLA	COMPOSIÇÃO POLIPROPILENO, TAMANHO ÚNICO	UND	100	44,99	4.499,00
32	APITO PROFISSIONAL	FEITO EM METAL RESISTENTE, DE ALTA QUALIDADE, COM CORDÃO, ÓTIMO PARA OS CAMINHANTES.	UND	150	19,50	2.925,00
33	CRONÔMETROS	PORTÁTIL, COM ALÇA, FUNÇÃO RELÓGIO, ALARME, CALENDÁRIO, RESOLUÇÃO: 1/100 SEGUNDOS, DIMENSÕES: 78x63x18 MM, ACOMPANHADO DE BATERIA	UND	100	55,00	5.500,00
34	JOGOS DE	KIT DE CARTÕES PARA ARBITRO	KIT	100	9,59	959,00

	CARTÕES	MODELO PROFISSIONAL, CONTENDO 01 CARTÃO AMARELO + 01 VERVELHO + SUPORTE PLÁSTICO + 01 MINE LÁPIS. OS CARTÕES DEVERÃO TER O VERSO LISO PODENDO FAZER ANOTAÇÕES.				
35	SACOS DE BOLINHA COLORIDA (100 UND)	BOLINHA PARA PISCINA, PLÁSTICO REFORÇADO, COLORIDA, SISTEMA, EMBORRACHADO (NÃO AMASSA, VOCÊ APERTA E ELA VOLTA NA HORA)	PCT	100	79,50	7.950,00
36	PEÇAS DE MONTAR (80 PEÇAS)	BRINQUEDO DE ENCAIXE COM PEÇAS GRANDES PARA CRIANÇAS DE 1 A 4 ANOS	UND	100	20,44	2.044,00
37	CORDA DE PULO INDIVIDUAL	CORDA DE POLIPROPILENO OU NYLON6CM, CABO PLÁSTICO OU MADEIRA SISTEMA GIRATÓRIO INTERNO, TIPO DO TECIDO 100% POLIPROPILENO.	UND	100	7,00	700,00
38	JOGO DE DOMINÓ	DOMINÓ PROFISSIONAL TIPO OSSO COM 28 PEÇAS, COM ESTOJO COLORIDO, MODELO BRANCO.	UND	50	29,00	1.450,00
39	JOGO DE DAMA	JOGO DE DAMA OFICIAL, KIT COM DOIS JOGOS DE DAMA E LUDO, COM 2 TABULEIROS, 16.	UND	50	42,25	2.112,50
40	BALANÇA	ALTA PRECISÃO, PLATAFORMA DE VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE DE ATÉ 180 KG, GRADAÇÃO D – 100GACIONA ATRAVÉS DO TOQUE, ZERA ALTOMATICAMENTE.	UND	40	86,04	3.441,60
41	TROFÉU G	TROFÉU 80 CM COM BASE DE MDF IRREGULAR	UND	100	170,00	17.000,00
42	TROFÉU M	TROFÉU 70 CM COM BASE DE MDF IRREGULAR	UND	100	130,00	13.000,00
43	TROFÉU P	TROFÉU 60 CM COM BASE DE MDF OUIRREGULAR	UND	100	88,00	8.800,00
44	MEDALHA 1º LUGAR	MEDALHA DE OURO FUNDIDA DE 60 MM DE DIÂMETRO COM DOIS RECORTES NAS LATEREAIS, COM DIÂMETRO DE 35 MM, NA PARTE SUPERIOR COM LETRAS EM ALTO RELEVO ESCRITO: HONRA AO MÉRITO.	UND	500	16,95	8.475,00
45	MEDALHA 2º LUGAR	MEDALHA DE PRATA FUNDIDA DE 60 MM DE DIÂMETRO COM DOIS RECORTES NAS LATEREAIS, COM DIÂMETRO DE 35 MM, NA PARTE SUPERIOR COM LETRAS EM ALTO RELEVO ESCRITO: HONRA AO MÉRITO.	UND	500	16,95	8.475,00
46	MEDALHA 3º LUGAR	MEDALHA DE BRONZE FUNDIDA DE 60 MM DE DIÂMETRO COM DOIS RECORTES NAS LATEREAIS, COM DIÂMETRO DE 35 MM, NA PARTE SUPERIOR COM LETRAS EM ALTO RELEVO ESCRITO: HONRA AO	UND	500	16,95	8.475,00

	MÉRITO.				
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					382.477,90

15. DA VIGÊNCIA.

- 15.1. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, após a assinatura da mesma.
- 15.2. O contrato obedecerá ao disposto no caput do artigo 57, da Lei 8.666/93 iniciando-se com assinatura do contrato e terminando com fim do exercício orçamentário, ou seja, até o dia 31 de Dezembro do exercício financeiro vigente.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 16.1. As despesas serão pagas com os recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação, por se tratar de Sistema de Registro de Preços (SRP) a indicação orçamentária será feita no momento de lavratura do contrato.

Aprovo o presente Termo de Referência em 18 de novembro de 2021 e encaminho ao Setor Competente para os devidos fins.

ADENILTON DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Portaria nº 006/2021